



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ

COD - 7010

ASSISTENTE SOCIAL -TIPO A

FRASE: A JUSTIÇA MAIS FERROZ QUE EXISTE É A CONSCIÊNCIA.

(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo 100 (cem) questões objetivas, o candidato receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- A prova objetiva terá duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos).
- O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de 2 (duas) horas do horário de início das provas.
- O candidato, também, somente poderá se retirar da sala de aplicação de provas a partir dos 60 (sessenta) minutos do horário de início das provas.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar.
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados.
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas.
- Lançar meios ilícitos para a realização das provas.
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo IDECAN.
- Portar arma, ainda que possua o respectivo porte.
- Usar sanitários banheiros após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no Caderno de Prova e na própria Folha de Respostas.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, devolver ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, ambos devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 a 20

Perdemos nossas casas em Alcântara para ricos brincarem de astronautas

1	Em noites escuras, quem se embrenha mato adentro no Quilombo de Canelatiua sente-se como se estivesse caminhando
2	no espaço. Os vaga-lumes ao redor e as estrelas no céu causam a sensação. Nossos ancestrais chegaram aqui da África; não
3	vieram de foguete, mas em navios negreiros.
4	Apesar disso, fizeram da região de Alcântara (MA) sua terra. Ainda assim, somos tratados como ETs: só soubemos pelos
5	jornais que a base de lançamentos instalada em nosso lar pode servir de espaçoporto para turismo espacial. Imagine perder sua
6	casa para ricos brincarem de astronauta?
7	A Virgin Orbit, empresa que pertence ao conglomerado do bilionário inglês Richard Branson, conseguiu em junho licença
8	para operar no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Seu avião de fuselagem dupla, do qual são lançadas as naves, vai
9	decolar de sua pista.
10	É o mesmo usado por outro braço da empresa, a Virgin Galactic, que cobra US\$ 450 mil (cerca de R\$ 2,4 milhões) para quem
11	quer bancar o Luke Skywalker. Tememos por nosso futuro próximo pela forma como temos sido tratados desde um passado não
12	tão distante assim.
13	O Território Étnico de Alcântara, no Maranhão, começa a se formar no final do século 19, com o abandono das terras por
14	seus proprietários. Ele foi certificado como remanescente de quilombo em 2004, pela Fundação Cultural Palmares. Legalmente,
15	porém, sua existência é reconhecida desde 1856, quando obteve um registro na freguesia de São João de Cortes.
16	Consta, ainda, uma doação feita por Theofilo José de Barros, registrada no cartório de 1º. Ofício de Alcântara, em 1915. O
17	CLA foi criado nos anos 1980; naquela época, mais de 300 famílias de 24 comunidades do litoral foram removidas para o interior.
18	O impacto social foi enorme, já que a pesca é o nosso principal meio de subsistência. Não é possível, contudo, mensurá-lo
19	com exatidão, assim como os danos causados à natureza, já que a base funciona sem nenhum estudo ou licença ambiental.
20	O CLA é um porto pirata. Não há informações públicas oficiais sobre que tipos de combustível são usados ou componentes
21	químicos lançados no meio ambiente. Da mesma forma, o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe) só
22	pode fazer estimativas de quantos de nós ainda perderão seus lares. Acontecimentos recentes indicam que cerca de 800 famílias
23	e 30 quilombos estão ameaçados.
24	No fim de 2019, o CLA foi cedido aos norte-americanos. O contrato prevê a possibilidade da ampliação de suas instalações
25	sobre o território quilombola. Em 27 de março de 2020, o governo quis remover 792 famílias de 27 comunidades, durante o pico
26	da pandemia.
27	A medida só foi definitivamente revogada em dezembro passado, quando uma denúncia enviada à Comissão Interamericana
28	de Direitos Humanos da OEA em 2001, referente aos despejos dos anos 1980, foi alçada a uma instância superior, a Corte
29	Interamericana de Direitos Humanos.
30	Em 2011, o WikiLeaks revelou que os EUA não admitiam que desenvolvêssemos tecnologia para fabricar foguetes. Não
31	somos só nós que temos a perder; a própria soberania nacional pode ir para o espaço.

(Danilo Serejo, Quilombola de Alcântara (MA) e membro do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe). Folha de S. Paulo, <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2022/07/perdemos-nossas-casas-em-alcantara-para-ricos-brincarem-de-astronautas.shtml>)

1. A respeito das ideias do texto e suas possíveis inferências, analise as afirmativas a seguir:

- I. Em função da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara, os moradores locais vão perder sua maior fonte de renda: a pesca.
- II. Como chegou a pandemia, uma das medidas profiláticas na região de Alcântara foi o projeto de remoção de muitas famílias da região, transferindo a região quilombola para espaços menos poluídos.
- III. A instalação de pistas de pouso e decolagem para os aviões de fuselagem dupla em nada interfere na continuidade do projeto espacial brasileiro.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

2. É o mesmo usado por outro braço da empresa, a Virgin Galactic, que cobra US\$ 450 mil (cerca de R\$ 2,4 milhões) para quem quer bancar o Luke Skywalker. Tememos por nosso futuro próximo pela forma como temos sido tratados desde um passado não tão distante assim. (linhas 10 a 12)

Em relação ao segmento acima, as referências comparativas com Luke Skywalker, personagem da saga *Star Wars*, constituem, para o pleno entendimento do trocadilho do último período, uma leitura baseada em

- A) pressupostos.
- B) inferências.
- C) situacionalidade.
- D) intertextualidade.
- E) polissemia.

3. No texto, são empregadas siglas, a exemplo de CLA e Mabe. Entretanto, são escritas de formas distintas. A esse respeito, assinale a alternativa em que a sigla **NÃO** tenha sido grafada corretamente.

- A) Funai
- B) Bndes
- C) PUC
- D) Cofins
- E) ISS

4. *Em noites escuras, quem se embrenha mato adentro no Quilombo de Canelatia sente-se como se estivesse caminhando no espaço.* (linhas 1 e 2)

O segmento acima, se considerado como uma só oração, deve ser classificado corretamente como

- A) oração subordinada adjetiva restritiva.
- B) oração subordinada substantiva predicativa.
- C) oração subordinada substantiva subjetiva justaposta.
- D) oração subordinada adjetiva explicativa.
- E) oração principal.

5. *Ainda assim, somos tratados como ETs: só soubemos pelos jornais que a base de lançamentos instalada em nosso lar pode servir de espaçoporto para turismo espacial.* (linhas 4 e 5)

O segmento após os dois-pontos, em relação ao trecho anterior, desempenha papel de

- A) explicação.
- B) enumeração.
- C) exemplificação.
- D) especificação.
- E) explicitação.

6. *O Território Étnico de Alcântara, no Maranhão, começa a se formar no final do século 19, com o abandono das terras (1) por seus proprietários (2).* (linhas 13 e 14)

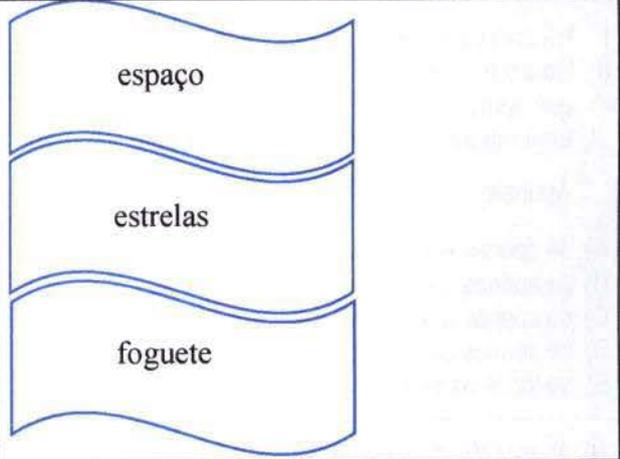
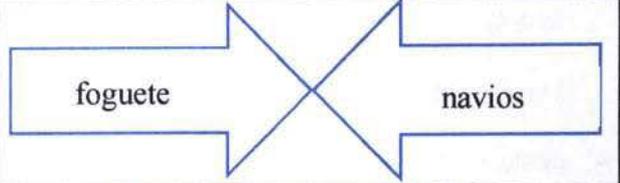
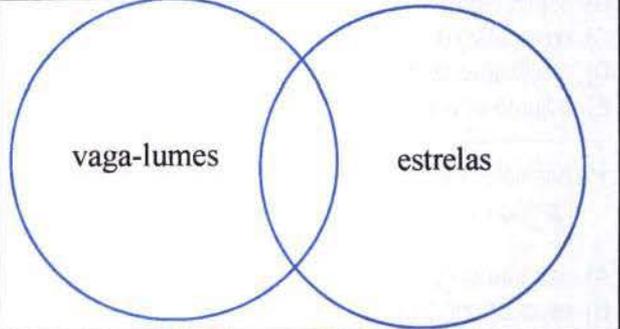
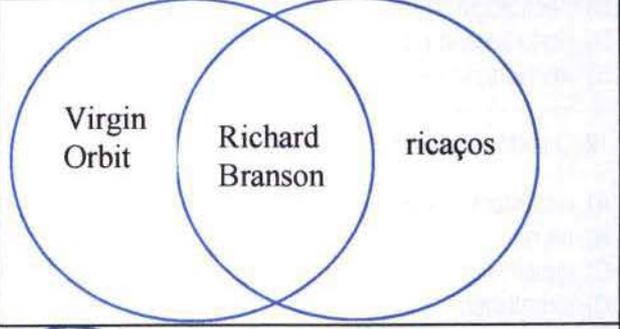
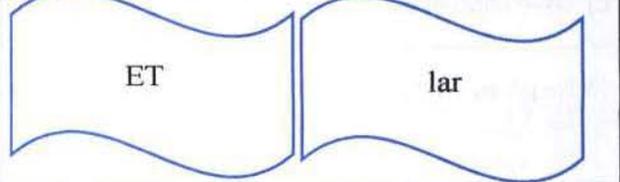
Tomando-se o substantivo *abandono* como deverbais, é correto afirmar que em (1) e (2) tem-se, respectivamente,

- A) complemento nominal e complemento nominal.
- B) complemento nominal e adjunto adnominal.
- C) adjunto adnominal e complemento nominal.
- D) adjunto adnominal e adjunto adnominal.
- E) adjunto adnominal e agente da passiva.

7. Assinale a alternativa em que, no texto, a palavra **NÃO** apresente papel adjetivo.

- A) outro (linha 10)
- B) nosso (linha 11)
- C) distante (linha 12)
- D) nenhum (linha 19)
- E) revogada (linha 27)

8. O texto inteiro se compõe em torno de um campo semântico que a temática sugere. Analisando-se os conjuntos a seguir, assinale a alternativa em que uma das simbologias esteja em **DESACORDO** com esse propósito e suas correlações semânticas.

A)	
B)	
C)	
D)	
E)	

9. Em noites escuras, quem se embrenha mato adentro no Quilombo de Canelatiua sente-se como se estivesse caminhando no espaço. (linhas 1 e 2)

A respeito das três ocorrências do SE no período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. Há dois casos de pronome reflexivo.
- II. Uma das ocorrências se classifica diferentemente das demais, que apresentam, por sua vez, a mesma classificação.
- III. Em uma das ocorrências, o SE tem papel apassivador.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

10. Apesar disso, fizeram da região de Alcântara (MA) sua terra. (linha 4)

O termo sublinhado no período acima se classifica como

- A) aposto.
- B) objeto direto.
- C) predicativo do sujeito.
- D) predicativo do objeto.
- E) adjunto adverbial.

11. Assinale a alternativa em que a palavra **NÃO** tenha sido formada por composição.

- A) astronauta (linha 6)
- B) espaçoporto (linha 5)
- C) Tecnologia (linha 30)
- D) norte-americanos (linha 24)
- E) Interamericana (linha 27)

12. O texto se classifica eminentemente como

- A) dissertativo-argumentativo.
- B) narrativo.
- C) descritivo.
- D) jornalístico.
- E) dissertativo-expositivo.

13. Na palavra *remanescente* (linha 14), é correto afirmar que há

- A) 9 fonemas.
- B) 10 fonemas.
- C) 11 fonemas.
- D) 12 fonemas.
- E) 13 fonemas.

14. Em 27 de março de 2020, o governo quis remover 792 famílias de 27 comunidades, durante o pico da pandemia. (linhas 25 a 26)

Assinale a alternativa em que, alterando-se a estrutura do período acima, tenha-se mantido pontuação igualmente correta e correspondência semântica.

- A) Durante o pico da pandemia – em 27 de março de 2020 –, o governo quis remover 792 famílias de 27 comunidades.
- B) Em 27 de março de 2020, durante o pico da pandemia – o governo quis remover 792 famílias de 27 comunidades.
- C) Em 27 de março de 2020 durante o pico da pandemia, o governo quis remover 792 famílias, de 27 comunidades.
- D) Em 27 de março de 2020 – durante o pico da pandemia – o governo quis remover 792 famílias de 27 comunidades.
- E) Durante o pico da pandemia – em 27 de março de 2020 – o governo quis remover 792 famílias de 27 comunidades.

15. O CLA foi criado nos anos 1980; naquela época, mais de 300 famílias de 24 comunidades do litoral foram removidas para o interior. (linhas 16 e 17)

O demonstrativo grifado no período acima desempenha papel

- A) dêitico.
- B) anafórico.
- C) catafórico.
- D) endofórico.
- E) epanafórico.

16. Assinale a alternativa em que o termo indicado exerça, no texto, função sintática **distinta** da das demais.

- A) no Maranhão (linha 13)
- B) empresa que pertence ao conglomerado do bilionário inglês Richard Branson (linha 7)
- C) Richard Branson (linha 7)
- D) a Virgin Galactic (linha 10)
- E) cerca de R\$ 2,4 milhões (linha 10)

17. *Não é possível, contudo, mensurá-lo com exatidão, (...) já que a base funciona sem nenhum estudo ou licença ambiental.* (linhas 18 e 19)

Assinale a alternativa em que a alteração da estrutura do segmento acima tenha provocado grave alteração de sentido.

- A) Embora não seja possível mensurá-lo com exatidão, a base funciona sem nenhum estudo ou licença ambiental.
- B) Não obstante não seja possível mensurá-lo com exatidão, a base funciona sem nenhum estudo ou licença ambiental.
- C) Porquanto não seja possível mensurá-lo com exatidão, a base funciona sem nenhum estudo ou licença ambiental.
- D) Conquanto não seja possível mensurá-lo com exatidão, a base funciona sem nenhum estudo ou licença ambiental.
- E) Posto que não seja possível mensurá-lo com exatidão, a base funciona sem nenhum estudo ou licença ambiental.

18. O impacto social foi enorme, já que a pesca é o nosso principal meio de subsistência. (linha 18).

A relação entre as orações, conforme organizadas sintaticamente, é de

- A) causa.
- B) finalidade.
- C) explicação.
- D) conclusão.
- E) consequência.

19. Em *vaga-lumes* (linha 2), o plural foi feito corretamente, segundo a norma culta. Nesse âmbito, assinale a alternativa em que, observando-se igualmente a concordância nominal, isso **NÃO** tenha ocorrido.

- A) foguetes vermelho-sangue
- B) foguetes verde-claros
- C) foguetes azuis
- D) foguetes laranja
- E) foguetes rosas

20. Acontecimentos recentes indicam que cerca de 800 famílias e 30 quilombos estão ameaçados. (linhas 22 e 23)

Assinale a alternativa em que a alteração do segmento sublinhado no período acima, independentemente da alteração de sentido, tenha sido feita respeitando a norma culta.

- A) cerca de 30 famílias está ameaçada
- B) mais de 1,9% estão ameaçados
- C) menos de 0,8% das famílias estão ameaçados
- D) um terço dos 30 quilombos está ameaçado
- E) a maioria das 800 famílias estão ameaçados

Texto para as questões 21 a 25

mestre



(Rodrigo Zoom. <https://www.flickr.com/photos/rodrigozoom/3841392332/in/photostream/>)

21. Só é possível entender a intenção de humor no segundo quadrinho com base em uma informação

- A) irônica.
- B) situacional.
- C) pragmática.
- D) intertextual.
- E) intratextual.

22. É que só um dos gêmeos se parece comigo!

A palavra **QUE** no período acima se classifica como

- A) preposição.
- B) pronome relativo.
- C) conjunção integrante.
- D) conjunção subordinativa.
- E) conjunção coordenativa.

23. A respeito do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na fala do mestre, há um entendimento de que a desconfiança só poderia ser por conta de a mulher estar fazendo algo que não fosse do conhecimento do marido.
- II. Pela segunda fala do rapaz, a noção de errado a que o mestre se refere apresenta conteúdo sexual.
- III. Ao usar a palavra “desconfiado”, o mestre só podia entender o teor da mensagem como sendo de conteúdo sexual.

Assinale

- A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

24. A respeito dos aspectos morfossintáticos do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. A forma “e nem” poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por somente “nem”.
- II. O verbo “parecer” é transitivo indireto.
- III. A conjunção “mas” apresenta a ideia de que o mestre se opõe à fala do rapaz.

Assinale

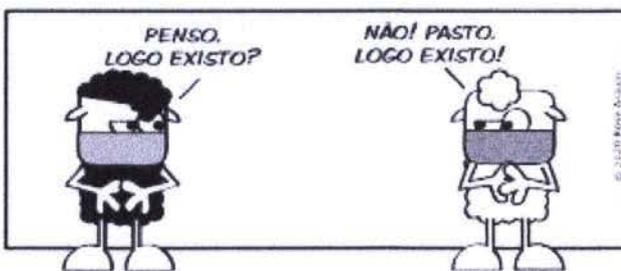
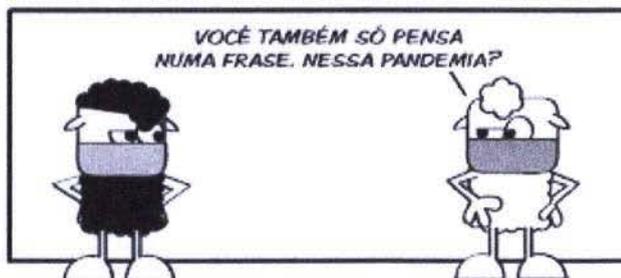
- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

25. Nas falas do rapaz, é correto afirmar que há

- A) um caso de objeto indireto, somente.
- B) um caso de predicativo do sujeito, somente.
- C) um caso de complemento nominal, somente.
- D) dois casos de complemento nominal.
- E) dois casos de objeto indireto.

Texto para as questões 26 a 30

Ovelha Negra - Rose Araujo



© 2020 Rose Araujo

(<https://rosearaujocartum.blogspot.com/search/label/Ovelha%20Negra>)

26. Em se tratando de ovelhas, a última fala do quadrinho representa a ideia de que

- A) ovelhas não pensam; logo, sua existência se limita a pastar.
- B) a ovelha negra não entendeu a pergunta da ovelha branca.
- C) a ovelha negra não acredita na máxima “Penso, logo existo”.
- D) a pensamento da ovelha branca deve ser o único possível na pandemia.
- E) a existência está condicionada a somente sobreviver.

27. A respeito dos elementos linguísticos do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. As palavras “você”, “também” e “só” se acentuam seguindo a mesma regra.
- II. A palavra “só” apresenta papel adverbial.
- III. As preposições do primeiro quadrinho introduzem termos com funções sintáticas distintas.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

28. O uso de máscaras pelas ovelhas constitui elemento não verbal que, aliado ao termo “pandemia”, aponta para um dos elementos da textualidade. Assinale-o.

- A) intertextualidade
- B) informatividade
- C) intencionalidade
- D) situacionalidade
- E) aceitabilidade

29. A primeira fala da ovelha branca permite inferir que

- A) o único pensamento possível na pandemia é o que ela apresenta.
- B) ela se considera com um pensamento equivocados.
- C) o mundo inteiro devia pensar somente em uma frase.
- D) ela pensa em somente uma frase.
- E) quem não pensa como ela só pode ser ovelha negra.

30. A respeito das falas do quadrinho, analise as afirmativas a seguir:

- I. A resposta da ovelha negra não responde de fato ao que foi perguntado pela ovelha branca.
- II. A última fala da ovelha branca apresenta uma resposta e uma correção à fala da ovelha negra.
- III. A última fala da ovelha branca constitui exemplo de ambiguidade.

Assinale

- A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

31. Com base no que dita a Lei Complementar Estadual 13/94, analise as afirmativas a seguir:

- I. Se após a nomeação surgirem novos cargos vagos, será concedido aos servidores mais bem classificados no concurso o direito de optar pela lotação nesses cargos.
- II. A designação para função de direção, assessoramento e chefia intermediários, de competência dos dirigentes de órgãos e entidades administrativas, recairá, exclusivamente, em servidor de carreira ou de cargo isolado de provimento efetivo.
- III. Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

32. Segundo a Lei Complementar Estadual 13/94, as alternativas a seguir apresentam formas de provimento de cargo público, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) nomeação
- B) transferência
- C) promoção
- D) readaptação
- E) reversão

33. Com base na Lei Complementar Estadual 230/17, analise as afirmativas a seguir:

- I. Consideram-se unidades judiciárias de primeiro grau as varas, a justiça itinerante, os juizados especiais e as turmas recursais, compostos por seus gabinetes, secretarias e postos avançados, quando houver.
- II. As unidades judiciárias de primeiro e de segundo graus serão agrupadas por critérios de semelhança, relacionados à competência material, base territorial, entrância ou outro parâmetro objetivo a ser definido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ/PI), para fins de definição da lotação paradigma de seus servidores.
- III. Para o ingresso na carreira, o curso de inicialização deverá preceder a nomeação e terá caráter eliminatório.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

34. Com base na Lei Complementar Estadual 230/17, são finalidades da Avaliação de Desempenho o listado nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) verificar a aptidão do servidor para o exercício das atribuições do cargo efetivo, no período do estágio probatório
- B) subsidiar a concessão de progressão funcional e promoção
- C) detectar necessidades de capacitação e desenvolvimento
- D) identificar necessidades de adequação na lotação do servidor
- E) avaliar o relacionamento interpessoal e sua conduta diante do trabalho em equipe

35. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, conforme o artigo 33, o Desembargador que se julgar suspeito ou impedido deverá declará-lo nos autos e, se for revisor, passará o feito ao respectivo substituto, ou, se relator, apresentará os autos em Mesa, para nova distribuição. A esse respeito, não é correto afirmar que

- A) se não for relator nem revisor, o Desembargador que houver de se dar por suspeito ou impedido, deverá fazê-lo verbalmente, na sessão de julgamento, registrando-se na ata a declaração.
- B) se o Presidente do Tribunal se der por suspeito ou impedido, competirá ao seu substituto a presidência do julgamento.
- C) será observado no que couber, quanto à arguição de suspeição ou impedimento, pela parte, o que dispõe a lei processual relativamente ao processamento das suspeições e impedimentos opostos a juizes singulares.
- D) a suspeição, mesmo se reconhecida, será julgada pelo Tribunal Pleno, funcionando com relator o Presidente.
- E) se o recusado for o Presidente, o relator será o Vice-Presidente.

36. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na sessão ordinária imediatamente anterior àquela em que se tiver de proceder à eleição, o Plenário do Tribunal aprovará a lista com os nomes dos três Desembargadores mais antigos e desimpedidos, dentre os quais serão escolhidos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Geral da Justiça.
- II. Ressalvados os lugares que tenham de ser preenchidos por advogados ou membros do Ministério Público, as vagas dos Desembargadores serão providas mediante acesso, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, de Juizes de Direito.
- III. Na composição do Tribunal de Justiça, um quinto dos lugares será preenchido por advogados, em efetivo exercício da profissão, e membros do Ministério Público, todos de notório saber jurídico e reputação ilibada, com cinco ou mais anos de prática forense.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

37. O Vice-Corregedor Geral de Justiça, conforme determina a Lei Complementar Estadual 230/2017, deve substituir o Corregedor Geral de Justiça nas hipóteses listadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) ausências
- B) impedimentos
- C) suspeições
- D) representações
- E) afastamento

38. Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Piauí, compete especificamente às Câmaras Reunidas Cíveis processar e julgar o listado nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) os embargos infringentes dos julgados das Câmaras Especializadas e de suas decisões
- B) os embargos de declaração opostos a seus acórdãos
- C) a restauração dos autos extraviados ou destruídos, em feitos de sua competência
- D) as habilitações nas causas sujeitas a seu julgamento
- E) a execução de acórdão proferido em causa de sua competência, facultada a delegação de atos do processo, a Juiz do primeiro grau de jurisdição ou de primeira instância

39. A respeito do que compreende a divisão judiciária do Estado do Piauí, segundo a Lei 3.716/79, assinale a afirmativa incorreta.

- A) Teresina possui 34 Varas, oito Juizados Especiais Cíveis e Criminais e um Juizado Especial da Fazenda Pública.
- B) Parnaíba possui seis Varas e um Juizado Especial Cível e Criminal.
- C) Floriano possui três Varas e um Juizado Especial Cível e Criminal.
- D) Oeiras possui duas varas e um Juizado Especial Cível e Criminal, e Piri-piri possui três varas e um Juizado Especial Cível e Criminal.
- E) Picos possui seis Varas e um Juizado Especial Cível e Criminal.

40. Com base no que rege a Lei 3.716/79, analise as afirmativas a seguir:

- I. As audiências dos Juizes verificam-se nos dias úteis, entre as nove e as dezessete horas, na sede do Juízo ou, excepcionalmente, no local que o Juiz designar, e são públicas, presentes o Escrivão, o Porteiro dos Auditórios e os Oficiais de Justiça.
- II. Se da publicidade da audiência ou da sessão, pela natureza do processo, resultar escândalo, inconveniente grave, ou perigo para a ordem pública, o Juiz pode, de ofício, ou a requerimento do interessado do Ministério Público, ordenar que uma ou outra se efetue a portas fechadas ou limitar o número de pessoas que a ela possam assistir, sendo, em todo caso, permitida a presença das partes e seus procuradores.
- III. À hora marcada, o Juiz determina que o Porteiro dos Auditórios, ou o Oficial de Justiça declare aberta a audiência apregoando as partes, cujo comparecimento for obrigatório, e, sendo o caso, o órgão do Ministério Público, os peritos, seguindo-se o estabelecimento nos Códigos de Processo Civil e Penal.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. As competências e atribuições dos profissionais de Serviço Social estão previstas na Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil. Para Lamamoto (2001), essas competências e atribuições não podem ser desvinculadas dos processos sócio-históricos, devendo ser levadas em consideração no trato de novas demandas profissionais e do redimensionamento do espaço profissional decorrentes das configurações da sociedade contemporânea. Em seus estudos, a autora ressalta ainda que a maior dificuldade para o assistente social na identificação do caráter privativo não é na descrição da atividade desenvolvida, mas na definição do que é matéria, área ou unidade de serviço social. Responder a esse desafio envolve a construção de um projeto profissional. Assim,
- A) as condições microsocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, é a dimensão mais importante a ser considerada pelo assistente social em sua práxis profissional.
- B) as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais no contexto da atuação profissional dos assistentes sociais impactam nos limites e possibilidades e dificultam a identificação com as linhas de ações e instrumentos técnicos utilizados pelos profissionais.
- C) verifica-se que a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social se apresenta, em si mesma, como um conjunto de atribuições e competências, sendo que a sua fenomenalidade é o projeto ético-político, horizonte da intervenção profissional.
- D) o reconhecimento da presença de orientações distintas na arena profissional legitimam a função social da profissão, mascarando os desiguais arcos de influência exercidas na profissão, polarizadas pelos interesses do grande capital, dificultando a elaboração de respostas mais qualificadas.
- E) a prerrogativa de autoqualificação da profissão é dos seus agentes especializados e de seus organismos representativos que, em determinados contextos societários, confirmam a necessidade ou utilidade social dessa especialização do trabalho.
42. A implementação, no processo de planejamento, é a tomada de providências para a realização de algo planejado. Nessa fase, que pode ser considerada como a busca, formalização e incorporação de recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais, que viabilizem o projeto, o planejador se preocupa em
- A) formular os objetivos gerais e específicos em seu nível e explicitar sua coerência com as diretrizes da instituição.
- B) explicitar as medidas administrativas necessárias para a implantação e manutenção do projeto.
- C) sistematizar o traçado prévio da operação de implementação de um conjunto de ações.
- D) preparar a instituição, a equipe e a população interessada para a realização da intervenção planejada.
- E) sintetizar os fatos e as necessidades que motivam o planejamento, formulando objetivos amplos e condizentes com a realidade.

43. A realização de estudo social para emissão de pareceres sociais, laudos sociais e perícias técnicas é reconhecida como uma atribuição privativa dos/as assistentes sociais, e como tal necessita de debates sobre suas implicações éticas, seus fundamentos teóricos e seus encaminhamentos técnico-operativos. Sobre esse tema, analise as seguintes afirmativas:
- I. O estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidades, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional, especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.
- II. O estudo social, quando solicitado a um profissional de Serviço Social, recebe essa denominação por se tratar de estudo cuja finalidade é informar um auto processual relacionado a alguma medida jurídica. É realizado por meio de um relatório e implica a realização de uma perícia.
- III. A perícia, no âmbito do judiciário, diz respeito a uma avaliação, exame ou vistoria, solicitada ou determinada sempre que a situação exigir um parecer técnico ou científico de uma determinada área do conhecimento, que contribua para o juiz formar sua convicção para a tomada de decisão.
- IV. A perícia, documento resultante do processo de estudo social, apresenta o registro das informações mais significativas do estudo e da análise realizada, podendo conter apenas partes da questão em estudo, que será conhecida de forma mais completa, por meio do laudo social.

Assinale

- A) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- B) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- D) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- E) se somente as afirmativas III e IV forem verdadeiras.

44. Estudos apontam que a pesquisa experimental se apoia nos pressupostos do positivismo e pretende que os conhecimentos opinativos ou intuitivos e as afirmações genéricas sejam substituídos por conhecimentos rigorosamente articulados, submetidos ao controle de verificações empíricas e comprovadas por meio de técnicas precisas de controle. Com base nessa concepção, assinale a alternativa correta.
- A) Os fatos ou dados são frutos da observação e devem ser transformados em dados qualitativos.
- B) Não existe relação entre os sujeitos que observam e o objeto observado.
- C) O pesquisador deve abstrair-se de toda objetividade e racionalidade, para assumir neutralidade diante de divergências.
- D) Os aspectos específicos dos dados e acontecimentos devem ser captados no contexto em que acontecem.
- E) Há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, criando uma relação concreta diante dos fenômenos observados.

45. O desagravo é um procedimento institucional, regulamentado por Resolução pelo Conselho Federal de Serviço Social, posto à disposição do assistente social quando ofendido na sua honra, imagem ou prerrogativa profissional. O desagravo público tem como escopo atacar o agravo, a ofensa praticada e reparar o dano, a humilhação e a angústia sofrida injustamente, experimentada no legítimo exercício da profissão. Nesse sentido, o desagravo público se insere, portanto, na perspectiva:

- I. da defesa dos direitos e prerrogativas da profissão do assistente social, protegendo o sentimento da dignidade profissional, ou o direito de conservar um valor reconhecido e adquirido socialmente;
- II. da defesa dos direitos e do serviço prestado, em qualquer âmbito da atividade profissional e pessoal, mesmo não relacionada ao exercício profissional, quando ocorre a violação à honra, com distinção de seus aspectos subjetivos e objetivos;
- III. da defesa dos direitos e da garantia de sigilo, sendo um preceito da ordem subjetiva, que visa regulamentar as relações entre assistentes sociais e seus superiores.

Analise os itens acima e assinale

- A) se somente o item I estiver correto.
- B) se somente o item II estiver correto.
- C) se somente o item III estiver correto.
- D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- E) se todos os itens estiverem corretos.

46. A articulação entre projeto emancipatório e projeto profissional tem levado a alguns equívocos; entre eles, o que entende haver uma incompatibilidade absoluta nessa articulação, pois parte do suposto de que a realização de qualquer atividade profissional no capitalismo só pode reproduzir a desigualdade e a dominação, ou seja, o capital. De acordo com Yamamoto (1983), ao dar respostas à questão social através da realização de serviços sociais, o assistente social

- A) não pode colocar-se a serviço de sua opção política, nem fortalecer a classe trabalhadora por meio de seus serviços, por causa do seu vínculo com as instituições empregadoras, tendo em vista que o projeto profissional é vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.
- B) reproduz o senso comum e em teorias éticas que negam a universalidade dos valores, apreendem a historicidade dos valores de caráter social, respeitando a autonomia dos indivíduos para realizar mediações estratégicas.
- C) deixa de contribuir, em diferentes níveis, para a objetivação das relações sociais burguesas, favorecendo a ultrapassagem das limitações de sua atuação profissional.
- D) reproduz simultânea e contraditoriamente os interesses e as necessidades do capital e do trabalho, eliminando uma das dimensões de sua atuação, e, devido a essa inserção contraditória, a profissão não pode eliminar uma das dimensões de sua atuação.
- E) direciona sua atuação de acordo com os preceitos marxistas que reforçam a resistência e o retrocesso social, próprios aos tempos atuais.

47. A industrialização brasileira começa a se impor de maneira hegemônica a partir de 1930, mas será a partir de 1950 que esse crescimento se acelerará. Nesse período, industrialização e desenvolvimento econômico se equivalem. A questão do desenvolvimento social é posta em plano secundário. No final da década de 1940 e início de 1950, começam as discussões sobre as fórmulas em relação ao desenvolvimento e qual delas seria melhor para o Brasil. Acerca das fórmulas que estavam em discussão, relacione adequadamente as colunas a seguir:

1. Neoliberal
2. Desenvolvimentista-nacionalista
3. Nacionalismo radical

()	Baseava-se na suposição de que os mecanismos de preços deveriam ser respeitados como determinante principal da economia. Corrente seguidora dos princípios ortodoxos.
()	Esta corrente postula a industrialização, por meio de uma economia mista, para romper os pontos de estrangulamento. Aceita o capital estrangeiro, mas com severo controle.
()	Apointa os países desenvolvidos como causa dos subdesenvolvidos. Industrialização sob forte controle estatal.

Assinale a alternativa que apresente a ordem correta, de cima para baixo.

- A) 3 – 1 – 2
- B) 2 – 3 – 1
- C) 3 – 1 – 2
- D) 1 – 3 – 2
- E) 1 – 2 – 3

48. De acordo com a NOB/Suas (2012), os princípios organizativos do Suas contribuem para a compreensão da complexidade de um sistema que é referência na prestação de serviços no campo da proteção social. O art. 3º da NOB/Suas descreve como um dos princípios do Suas:

- A) a universalidade – todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie, com comprovação vexatória da sua condição.
- B) a gratuidade – a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, excetuando-se o que dispõe o art. 34 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, – Estatuto do Idoso, que requer contrapartida.
- C) a integralidade da proteção social – oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- D) a interdisciplinaridade – integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais.
- E) a equidade – tratamento igualitário, independente das diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, sem qualquer distinção, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

49. A "segurança" demanda a garantia dos direitos humanos, que corresponde ao acesso "[...] às necessidades essenciais da pessoa humana". Nesse sentido, nenhuma pessoa poderá ter o acesso aos direitos inviabilizado por critério de raça, etnia, geração, credo, capacidade física e/ou psicológica, orientação sexual, identidade de gênero, território, opinião política, entre outras. Relaciona-se, então, com a discussão sobre os direitos humanos, sendo estes "[...] ligados à vida em sociedade sob a chancela da dignidade humana. Neles, o social precede o econômico." (SPOSATI, 2007 apud MACHADO, 2016, p. 256)

Com base no texto apresentado, avalie as afirmações a seguir sobre seguranças afiançadas pelo Suas e assinale V para a afirmativa verdadeira e F para falsa.

()	A segurança de renda é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, garantindo que todos tenham uma forma monetária de prover sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. Essa situação se adequa às pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadão.
()	A segurança de desenvolvimento de capacidade contribui com o desenvolvimento da autoestima das pessoas e famílias, sensibilizando-as para o seu envolvimento e participação no processo de desenvolvimento e conquista de autonomia. Inclui-se, nesta segurança, a necessidade de se viabilizar o acesso à renda, através da inserção nas outras políticas de emprego e renda, sendo esta uma questão central para a garantia de autonomia e independência.
()	Segurança de apoio e auxílio deve ser acionada quando, sob riscos circunstanciais (momentos específicos da vida), as situações exigem a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter permanente, denominados de Benefícios Eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F – F – F.
- B) F – V – F.
- C) V – F – F.
- D) V – V – V.
- E) V – V – F.

50. Historicamente, a concessão de benefícios eventuais esteve pautada em relações de clientelismo e assistencialistas, já superadas no âmbito da Política de Assistência Social. Atualmente, os benefícios eventuais são previstos no art. 22 da Loas, como provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Considerando os materiais de referência sobre regulamentação e oferta dos benefícios eventuais em situação de calamidade, do Ministério da Cidadania, assinale a alternativa correta.

- A) O acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais em situações de calamidades e emergências é direito dos beneficiários e deve ser concedido, preferencialmente, na forma de pecúnia e/ou bens de consumo, em caráter provisório, vinculado à participação nas atividades do trabalho social com famílias.
- B) O Município tem a competência de regulamentar a oferta dos Benefícios Eventuais em âmbito local, mas, se não há previsão normativa municipal sobre a oferta de Benefícios Eventuais especificamente para situações de calamidades e emergências, é possível atender às demandas da população observando a normativa que prevê a oferta de benefícios eventuais para a situação de nascimento, morte ou vulnerabilidade temporária.
- C) A regulamentação é importante para que os benefícios eventuais sejam ofertados dentro da lógica de seguro e para que haja transparência quanto aos critérios, procedimentos e fluxos relacionados aos benefícios eventuais. Contudo, outra opção possível é a normatização de benefício eventual específico. O processo de regulamentação ou adequação normativa no contexto de calamidades e emergências será orientado nesse documento.
- D) A concessão de benefícios eventuais pode ocorrer pelas equipes dos equipamentos público-estatais da assistência social e pelas Entidades que possuem Certificação de Entidades Beneficentes da Assistência Social – Cebas, em que também serão realizados o acompanhamento familiar e o encaminhamento para as demais políticas públicas do território, quando identificada a necessidade.
- E) Os critérios para acesso aos benefícios eventuais devem ser definidos a partir de informações do governo federal e estabelecidos, preferencialmente, na Leitura Orçamentária Anual, utilizando como referência a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, que indica os critérios e prazos.

51. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único ou CadÚnico) coleta dados quantitativos sobre cada indivíduo e suas famílias, traçando um perfil socioeconômico do público atendido no Suas. O cadastro foi regulamentado pelo Decreto 11.016/22. Com base na legislação referida, assinale a alternativa correta.

- A) O público a ser cadastrado é caracterizado por baixa faixa de renda, ou seja, com renda familiar mensal *per capita* de até um quarto do salário mínimo. Complementarmente, o decreto possibilita que famílias com renda superior possam ser cadastradas, desde que sejam participantes de programas sociais de competência exclusiva da esfera federal.
- B) O registro das informações declaradas pelo responsável pela unidade familiar no ato de cadastramento deve ser realizado por meio de formulário, obrigatoriamente em meio eletrônico, com as informações do domicílio e da família, sem prejuízo de outras a serem estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Cidadania.
- C) O responsável pela unidade familiar corresponde ao indivíduo membro da família, morador do domicílio, com idade mínima de dezoito anos, preferencialmente do sexo feminino, ou representante legal, quando se tratar de menor de dezoito anos ou de incapazes.
- D) A atualização cadastral é compulsória no período de 12 meses ou, ainda, arbitrária, em qualquer ocasião que altere dados cadastrais referentes a: renda; residência; composição familiar; mudança de instituição de ensino; morte ou nascimento; e quaisquer modificações relativas a membros de um grupo familiar conviventes no mesmo domicílio.
- E) O CadÚnico incorporará gradualmente o georreferenciamento de dados, de acordo com as disponibilidades técnicas e orçamentárias, observado o sigilo dos dados pessoais, na forma a ser estabelecida em ato do Ministro de Estado da Cidadania.

52. A Lei do Sinase apresenta uma clara divisão de competências entre os entes federados. De acordo o referido dispositivo, entre as competências do Distrito Federal inclui-se

- A) criar o Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, seu funcionamento, entidades, programas, incluindo dados relativos a financiamento e população atendida.
- B) criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.
- C) contribuir para a qualificação e ação em rede dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo.
- D) estabelecer diretrizes sobre a organização e o funcionamento das unidades e programas de atendimento e as normas de referência destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.
- E) instituir e manter processo de avaliação dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo, seus planos, entidades e programas.

53. O sigilo profissional se mostra imprescindível para efetivação de um trabalho profissional competente, responsável e eficiente, pois é a partir das informações colhidas que o assistente social poderá compreender a situação na sua totalidade e também na sua singularidade, podendo intervir da forma mais adequada e respeitando a dignidade do usuário, assim como sua capacidade de escolha e de decisão. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O local de trabalho, os arquivos, os dados e toda produção técnica do assistente social são invioláveis, salvo em caso de busca e apreensão extrajudicial, a ser comunicada ao CFESS, pelo assistente social responsável pela documentação.
- B) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem dos usuários, assegurado o direito de pronunciamento em matéria da especialidade do profissional, decorrente da sua violação.
- C) A inviolabilidade do local de trabalho e dos seus arquivos situa-se, portanto, no direito da garantia do sigilo, que é preceito de ordem pública para todas as profissões e fundamenta-se no princípio da confiança, estando acima de qualquer relação contratual ou de trabalho.
- D) Além da apuração das responsabilidades administrativa, civil e criminal cabíveis contra a autoridade que violar arquivos ou documentos técnicos, profissionais, caberá também cassação do registro do profissional, a ser requerido pelo CFESS.
- E) Não é permitida a quebra de sigilo profissional do assistente social, mesmo autorizada pelo usuário, por se tratar de direito indisponível e oportuno, acima dos interesses pertinentes, decorrente da ordem natural, imprescindível à liberdade dos indivíduos.

54. A Política Nacional do Idoso (PNI – Lei 8.842/94), assim como o Estatuto do Idoso, prioriza o atendimento pelas próprias famílias, “em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência”. De acordo com essa perspectiva, a Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas), que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, afirma que as Instituições de Longa Permanência para Idosos enquadram-se como

- A) Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, enquanto Serviço de Proteção Social Especial para idosos.
- B) Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, enquanto Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi).
- C) Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, enquanto serviço de acolhimento institucional.
- D) Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, enquanto serviço de acolhimento institucional.
- E) Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, enquanto Serviço de Proteção Social Especial para idosos.

55. A autonomia do exercício profissional é condição que emerge da necessidade de independência técnica no fazer profissional. É condição que permite que o profissional possa fazer escolhas em conformidade com os princípios e normas do Código de Ética profissional, realizando um trabalho com qualidade, competência ética e teórica. A autonomia técnica é aspecto, por outro lado, que possibilita ao profissional:

- I. manter sua capacidade crítica e absoluta independência na sua atividade profissional, sem se submeter a imposições ou determinações autoritárias, infundadas, incompatíveis em relação ao seu fazer profissional ou mesmo com suas atribuições e competências inerentes ao seu conhecimento e que não sejam coerentes com os princípios firmados no Código de Ética Profissional;
- II. expressar-se livremente acerca dos seus valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como hábitos e costumes, que devem ser plenamente respeitados durante o exercício profissional e atendimentos individualizados, como concepções que deverão nortear todas as ações profissionais;
- III. desempenhar suas atividades com eficácia, ou seja, com resultado concreto e com qualidade técnica, aos métodos e aos processos éticos da atividade desenvolvida pelo assistente social, para que o trabalho profissional seja reconhecido e possa ganhar contorno próprio sem qualquer interferência ou subordinação.

Analise os itens acima e assinale

- A) se somente o item I estiver correto.
- B) se somente o item II estiver correto.
- C) se somente o item III estiver correto.
- D) se todos os itens estiverem corretos.
- E) se somente os itens II e III estiverem corretos.

56. Conforme Netto (2005, p.6), o Serviço Social Tradicional compreendia a prática empiricista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava

- A) enfrentar as incidências psicossociais da questão social sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável.
- B) alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários.
- C) transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis, por meio de um desempenho profissional assistemático e carente de procedimentos técnico-científicos.
- D) repensar o Serviço Social Latino-Americano, particularmente no Brasil, aliado à modernização conservadora, cujo fundamento teórico metodológico é a sociologia funcionalista.
- E) resgatar a inspiração marxista, voltando-se para a interpretação da sociedade e da profissão, numa perspectiva de totalidade social.

57. É chamado de “primeira infância” o período que abrange os primeiros seis anos completos ou 72 meses de vida da criança. A Lei 13.257/16, que é o Marco Legal da Primeira Infância (MLPI), estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para crianças nessa faixa etária, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento do ser humano. De acordo com o Art. 9º da referida lei, as políticas para a primeira infância serão articuladas com as instituições de formação profissional, visando

- A) ao atendimento das especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação infantil.
- B) à adequação dos cursos às características e necessidades das crianças e à formação de profissionais qualificados, para possibilitar a expansão com qualidade dos diversos serviços.
- C) ao atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da primeira infância internado para tratamento de saúde em regime hospitalar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.
- D) à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental e a criação de programas de formação pedagógica para profissionais da primeira infância.
- E) à realização de ações de imunoprevenção, atenção adequada à mulher na gestação e no parto e ao recém-nascido, além do aleitamento materno até os seis meses e puericultura adequada até um ano.

58. Conforme disposto no artigo 48 do Estatuto do Idoso, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso. Ademais, deve-se ressaltar um eixo fundamental de verificação referente à regularidade das instituições; qual seja, a devida inscrição de seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa. Para que possa se inscrever, a entidade deve observar os requisitos previstos no parágrafo único desse mesmo artigo, os quais estão descritos nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- A) estar regularmente constituída
- B) demonstrar a idoneidade de seus dirigentes
- C) oferecer atendimento personalizado e em pequenos grupos
- D) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança
- E) apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios da lei

59. Tendo por base a teoria dos sistemas, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), como um subsistema do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), que, como tal, deve se comunicar e interagir com os demais subsistemas do SGD (tais como o da Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública). Dentro do sistema maior que é o SGD, o Sinase destina-se a reunir princípios, regras e critérios a serem aplicados à execução das medidas socioeducativas. Ao analisarmos tal instrumento jurídico, nos deparamos com as seguintes premissas transcritas a seguir: “assegurar conhecimento rigoroso sobre as ações do atendimento socioeducativo e seus resultados” e “verificar a situação do adolescente após cumprimento da medida socioeducativa, tomando por base suas perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares”. Com relação às premissas em destaque, é correto inferir que

- A) a primeira premissa trata de um objetivo da avaliação dos resultados da execução de medida socioeducativa e a segunda premissa de um objetivo do Sinase.
 B) a primeira premissa refere-se a um objetivo da avaliação das entidades de atendimento e a segunda premissa a um objetivo das medidas socioeducativas.
 C) as duas premissas referem-se a objetivos da avaliação dos resultados da execução de medida socioeducativa.
 D) as duas premissas referem-se a objetivos do Sinase.
 E) a primeira premissa trata de um objetivo do Sinase e a segunda premissa de um objetivo da avaliação dos resultados da execução de medida socioeducativa.

60. No que tange à justiça restaurativa, avalie as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

()	É um processo no qual a vítima, o infrator e/ou outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime participam ativamente e em conjunto na resolução das questões resultantes daquele, com a ajuda de um terceiro imparcial.
()	A Justiça Restaurativa, na perspectiva da garantia de direitos de adolescentes autores de atos infracionais, utiliza diversas possibilidades metodológicas existentes, analisando e identificando qual a metodologia pertinente a cada situação, configurando-se por meios de um atendimento padronizado, que remete a práticas vindicativas.
()	É a forma mais eficiente para que a vítima e ofensor tenham voz ativa e participativa no sistema penal, uma vez que ela se baseia em um procedimento de dissensão em face de um conflito objetivo, em que vítima e ofensor, e quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pela prática criminosa participam coletiva e ativamente, visando à punição do autor do crime, com a intervenção autoritária e heterônoma do Estado.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F, F e F.
 B) F, V e F.
 C) V, F e F.
 D) V, V e V.
 E) V, V e F.

61. Entre os acréscimos incorporados ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA pelo Marco Legal da Primeira Infância, está o conteúdo do artigo 5º., que menciona a assistência social como área que deve atuar prioritariamente em prol da primeira infância, “constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica” (art. 5º., Lei 13.257/16).

Alinhadas a essa perspectiva, as intervenções realizadas nos serviços socioassistenciais reconhecem as atribuições das famílias em relação às crianças e oferecem apoio e orientação técnica para que desafios em relação ao desempenho dessas atribuições sejam superados. Do exposto, considere as seguintes afirmativas:

- I. Converte com essa perspectiva a Resolução do Cnas 145/2004, que aprova o texto da Política Nacional de Assistência Social e elenca como um dos eixos estruturantes do Suas a territorialização, que evidencia o foco das ofertas da política de assistência na proteção à família.
- II. Os serviços socioassistenciais, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos, visam contribuir com o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias, prevenindo a ocorrência e o agravamento de violações de direitos entre os seus membros.
- III. No contexto da primeira infância, para além da garantia da sobrevivência da criança, a ação que a família e o Estado devem promover em direção ao seu desenvolvimento é o cuidado.
- IV. No Suas, diferentes arranjos entre as pessoas são reconhecidos como família, o que legitima as vinculações por laços consanguíneos, afetivos ou solidários. Assim, a despeito da variedade dos modelos de famílias, as crianças que as integram dependem do seu apoio e cuidado para que sobrevivam e se desenvolvam integralmente.

Assinale

- A) se somente as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras.
 B) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
 C) se somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
 D) se somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
 E) se somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

62. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – 1990, ampliaram a noção de Estado, hoje concebido como uma união de esforços entre a sociedade política e a sociedade civil organizada (movimentos sociais, ONGs). Essas leis também criaram uma nova maneira de elaborar e de gerir as políticas sociais e uma moderna abordagem do atendimento a crianças e a adolescentes não como um favor do poder público, mas como direito dessas pessoas e dever do Estado. De acordo com o ECA, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será realizada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Sobre as linhas de ação e diretrizes da política de atendimento a crianças e a adolescentes, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Linha de Ação
2. Diretriz

()	manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente
()	proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente
()	formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersectorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral
()	mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade

Assinale a alternativa que apresente a sequência correta, de cima para baixo.

- A) 1 – 2 – 1 – 2
- B) 2 – 1 – 2 – 2
- C) 2 – 2 – 2 – 2
- D) 2 – 1 – 2 – 1
- E) 2 – 2 – 2 – 1

63. Com base nas disposições do Decreto 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, no Art. 32, os Estados-Partes reconhecem a importância da cooperação internacional e de sua promoção, em apoio aos esforços nacionais para a consecução do propósito e dos objetivos da Convenção e, sob esse aspecto, adotarão medidas apropriadas e efetivas entre os Estados e, de maneira adequada, em parceria com organizações internacionais e regionais relevantes e com a sociedade civil e, em particular, com organizações de pessoas com deficiência. Essas medidas poderão incluir, entre outras, propiciar, de maneira apropriada, assistência técnica e financeira, inclusive mediante facilitação do acesso a tecnologias assistivas e acessíveis e seu compartilhamento, bem como por meio de

- A) inclusão digital.
- B) capacitação profissional.
- C) transferência de tecnologias.
- D) intercâmbio e compartilhamento de informações.
- E) programas de treinamento e melhores práticas.

64. O Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) reafirma o disposto no ECA definindo a população jovem como detentora de direitos resguardados pelo Estado, como a identificação de que os jovens/adolescentes até os 17 anos são inimputáveis para tratamento prisional em regime fechado na mesma condição de adulto. Em seu §2º do art. 1º., o Estatuto da Juventude apresenta o seguinte destaque: “aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente” (Brasil, 2013). Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. Há uma sobreposição de uma população que ambos cobrem, a saber: adolescentes/jovens de 15 a 18 anos, visto que o debate sobre o Estatuto da Juventude e as interfaces com o ECA representou a fragilidade das políticas de juventude, necessitando do reconhecimento, pelo Estado brasileiro, dessas populações específicas que demandam proteção.
- II. A inserção desse parágrafo reforça o papel de proteção já garantido no ECA para a população até 18 anos, em especial em questões como a maioria penal, que estabelece formas diferenciadas para o tratamento de adolescentes e alia novos direitos previstos no Estatuto da Juventude para esse segmento.
- III. Um dos elementos que aproximam esses dois instrumentos jurídicos é o reconhecimento de populações invisibilizadas. E, ainda, a mudança de paradigmas, com o distanciamento de perspectivas punitivistas e reprodutoras de exclusão, para instrumentos que reconhecem as diferenças, valorizam a diversidade, ao mesmo tempo em que garantem a universalidade do direito.

Assinale

- A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

65. O Decreto 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a nova Política Nacional sobre Drogas e revoga o Decreto 4.345, de 26 de agosto de 2002, apresenta como um de seus objetivos promover e apoiar novas formas de abordagens e cuidados e o uso de tecnologias, ferramentas, serviços e ações digitais e inovadoras, que inclusive proporcionem

- A) redução de danos.
- B) reduções de oferta e demanda.
- C) redução de custos para o Poder Público.
- D) manutenção da abstinência em relação ao uso de drogas.
- E) redução substancial dos crimes relacionados ao tráfico de drogas ilícitas.

66. Conforme o descrito na Lei 12.318/10, a Alienação Parental é uma forma de induzir ou promover o afastamento da criança ou adolescente da convivência com o outro genitor, causando prejuízo na manutenção dos vínculos com este, como interferindo negativamente na formação psicológica da criança ou do adolescente. De acordo com a referida lei, assinale a alternativa correta.
- A) A guarda compartilhada, em cuja modalidade pai e mãe veem seus filhos menores rotineiramente, administram juntos a escola, as amizades, não é indicada, tendo em vista a dificuldade de conservar a convivência assemelhada ao que era vivenciado quando da vigência da união, podendo causar dano e sofrimento durante o processo de separação.
- B) A guarda compartilhada, na qual o genitor visitador tem contatos esporádicos e, aos poucos, vai se afastando em visitas periódicas, tem efeito destrutivo sobre o relacionamento entre pais e filho, uma vez que propicia o afastamento entre eles, lenta e gradualmente, até desaparecer, devido às angústias perante os encontros e as separações repetidas.
- C) O perito ou equipe multidisciplinar designados para verificar a ocorrência de alienação parental realizará ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso, em um prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do laudo, sendo este prazo improrrogável.
- D) Em qualquer momento processual, em ação autônoma ou acidentalmente, o processo terá tramitação prioritária; assim como no sentido da guarda compartilhada, esta pode ser modificada de acordo com as circunstâncias fáticas de cada caso concreto, resultando em decisões que proporcionem benefícios para toda a família, contemplando tanto os interesses dos filhos como também dos pais.
- E) O acompanhamento psicológico ou biopsicossocial deve ser submetido a avaliações periódicas, com a emissão, pelo menos, de um relatório, que contenha a descrição do caso e o indicativo da metodologia a ser empregada, e de um laudo final, ao término do acompanhamento.
-
67. A Política Nacional Sobre Drogas de 2019, diferente da Política Nacional Antidrogas de 2002, exclui a redução de danos e estimula como principal estratégia de cuidado
- A) a promoção de levantamentos e pesquisas sistemáticas.
- B) o reconhecimento da rede de atenção psicossocial (Raps).
- C) a expansão das comunidades terapêuticas.
- D) a descriminalização das drogas.
- E) os determinantes de saúde.
-
68. De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas (NOB-RH/Suas), para atender aos princípios e diretrizes estabelecidos para a política de Assistência Social, a gestão do trabalho no Suas deve ocorrer com a preocupação de estabelecer uma Política Nacional de Capacitação, fundada nos princípios da educação permanente, que promova a qualificação de trabalhadores, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, com a possibilidade de supervisão integrada, visando ao aperfeiçoamento da prestação dos serviços socioassistenciais. Decorrente dessa premissa, a NOB-RH/Suas estabelece, entre suas diretrizes, que a União, os Estados e o Distrito Federal devem elaborar Planos Anuais de Capacitação, pactuados nas Comissões Intergestores e deliberados nos respectivos Conselhos de Assistência Social, tendo por referência
- A) o envolvimento de diversos atores no planejamento, a execução, o monitoramento e avaliação dos planos de capacitação, aprovados pelo Ministério da Cidadania e por seus respectivos conselhos.
- B) a execução dos planos de forma regionalizada e georreferenciada, considerando as características geográficas das regiões, Estados e municípios.
- C) a provisão de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais adequados aos mecanismos regionais e locais da rede prestadora de serviços socioassistenciais.
- D) a observância da formação, da qualificação profissional e da complexidade exigidas para o desenvolvimento das atividades específicas para as três esferas de governo.
- E) a especificidade dos trabalhos desenvolvidos com comunidades remanescentes de quilombos, povos indígenas e outras.
-
69. De acordo com as disposições da Lei 8.080/90 e suas alterações, a União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como:
- I. na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS);
- II. na ocorrência de agravos advindos das condições de trabalho e do impacto da tecnologia;
- III. na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que representem risco de disseminação nacional;
- IV. na ocorrência de agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana.
- Analise os itens acima e assinale
- A) se somente o item I estiver correto.
- B) se somente o item II estiver correto.
- C) se somente o item III estiver correto.
- D) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- E) se somente os itens I, II e III estiverem corretos.

70. De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas (NOB-RH/Suas) de 2006 e a Resolução 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, as equipes de referência da Proteção Social Especial para o atendimento nos serviços socioassistenciais são formadas, obrigatoriamente, por assistentes sociais, psicólogos e advogados. Outras categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender às especificidades dos serviços socioassistenciais são: antropólogo; economista doméstico; pedagogo; sociólogo; terapeuta ocupacional; e musicoterapeuta. Entretanto, o trabalho no Suas também é desenvolvido por áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental completo, em consonância com a NOB RH/Suas e a Resolução 9, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas). Para a adequada gestão do Sistema Único de Assistência Social – Suas em cada esfera de governo, é fundamental

- A) a garantia de um quadro de referência de profissionais designados para o exercício das funções essenciais de gestão.
- B) a garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza.
- C) o comando único das ações do Suas pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a Loas.
- D) a elaboração da peça orçamentária de acordo com os Planos de Assistência Social e compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do Suas.
- E) a associação dos princípios do SUS às missões do Suas, numa conjugação de valores que orientam a composição da Loas.

71. O Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária tem como desafio garantir efetivamente o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, principalmente àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade. Sendo assim, de acordo com o documento, sua implementação integral é condição fundamental para uma real mudança do olhar e do fazer que possibilite a concreta experiência e vivência singular da convivência familiar e comunitária para toda criança e adolescente no Brasil. Com base no Plano, para a materialização desse direito, será necessário

- A) participação e secessão entre as Conferências e Conselhos municipais para implementação dos objetivos e ações propostos no referido Plano.
- B) constituição formal de Comissão Nacional Intersetorial para acompanhamento da implementação do Plano.
- C) priorização do Plano nas leis orçamentárias Estaduais e Municipais em consonância com a Lei Orçamentária Anual e constituição de Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite.
- D) controle das ações, das atividades e dos resultados propostos no Plano, assegurando a contrapartida financeira por parte dos entes federativos.
- E) realização anualmente da revisão do Plano, de forma a adequá-lo às deliberações das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.

72. O Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, lançado em 2006, foi fruto de um longo processo de construção conjunta, que envolveu todos os representantes dos poderes e esferas do governo federal, da sociedade civil organizada e de organizações internacionais, que constituíram a Comissão Intersetorial para elaboração do referido plano, a partir de informações apresentadas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – Conanda e pelo Conselho Nacional de Assistência Social – Cnas. A partir das disposições do referido plano, assinale a alternativa correta.

- A) As estratégias, objetivos e diretrizes do Plano estão fundamentados primordialmente na restauração dos vínculos familiares rompidos fragilizados, na qualificação do atendimento dos serviços de atendimento e no investimento para a colocação em famílias substitutas.
- B) O papel essencial desempenhado pela família e pelo contexto sociocomunitário no crescimento e formação dos indivíduos não justifica o reconhecimento da convivência familiar e comunitária como um direito fundamental da criança e do adolescente, tendo em vista que é necessário o reconhecimento por parte do Estado.
- C) Especialistas de várias correntes teóricas em desenvolvimento humano divergem quanto a reconhecer a importância dos primeiros anos de vida, pois alguns afirmam que o desenvolvimento nesta etapa não tem influência na forma como podem ser enfrentadas as condições adversas no futuro.
- D) A partir do momento em que começa a frequentar outros contextos sociais, além da sua família, como o estabelecimento de educação infantil ou de ensino fundamental, a criança tem os seus referenciais sociais e culturais brevemente reduzidos.
- E) As redes sociais de apoio são uma frente importante para o trabalho com inclusão social da família e com a proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, porque os vínculos afetivos e simbólicos podem ser reconhecidos, mobilizados e orientados no sentido de prover apoio às famílias em situação de vulnerabilidade.

73. Ao longo das últimas décadas, o debate sobre a crise da família, no Ocidente, foi propiciado pelos efeitos da generalizada aceitação social do divórcio, do declínio da instituição do casamento e da baixa taxa de fecundidade. Esses acontecimentos tanto indicaram a compreensão de que se delineara o enfraquecimento da família, quanto sugeriram a análise do surgimento de novos modelos familiares, caracterizados, por sua vez, por mudanças nas relações entre os sexos e as gerações, descritas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) controle mais intenso da natalidade
- B) questionamento da autoridade paterna
- C) inserção massiva da mulher no mercado de trabalho
- D) atividade sexual circunscrita à esfera do matrimônio
- E) atenção ao desenvolvimento das necessidades infantis e dos idosos

74. Com base nas disposições do Decreto 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, avalie as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

()	A cada dois anos, o Comitê submeterá aos Estados-Partes um relatório de suas atividades e poderá fazer solicitações baseadas na convenção e nas informações recebidas do Secretário-Geral das Nações Unidas. Essas sugestões e recomendações gerais serão incluídas no relatório do Comitê, acompanhadas, se houver, de comentários de outros órgãos.
()	Em suas relações com os Estados-Partes, o Comitê dará a devida consideração aos meios e modos de aprimorar a capacidade de cada Estado-Parte para a implementação da Convenção, inclusive mediante confirmação formal por organizações de integração regional signatárias.
()	Os Estados-Partes, de acordo com seu sistema organizacional, designarão um ou mais de um ponto focal no âmbito do Governo para assuntos relacionados com a implementação da Convenção e darão a devida consideração ao estabelecimento ou designação de um mecanismo de coordenação no âmbito do Governo, a fim de facilitar ações correlatas nos diferentes setores e níveis.
()	Os Estados-Partes coletarão dados pessoais para que possam formular e implementar políticas destinadas a pôr em prática a Convenção, observando as salvaguardas estabelecidas por lei, inclusive pelas leis relativas à proteção de dados, a fim de disponibilizar relatórios de prestação de contas acessíveis às pessoas com deficiência.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F, F, F e V.
- B) F, F, V e F.
- C) V, F, F e V.
- D) V, V, V e V.
- E) V, V, F e F.

75. Ao analisarmos o Decreto 3.298/99, que regulamenta a Lei 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, nos deparamos com as seguintes premissas transcritas a seguir: "o fomento à formação de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento da pessoa portadora de deficiência" e "o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade". No que se refere às premissas em destaque, é correto inferir que

- A) a primeira premissa se trata de um instrumento da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e a segunda premissa, de um objetivo da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- B) a primeira premissa se trata de um objetivo da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e a segunda premissa, de um instrumento da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- C) a primeira premissa se trata de uma diretriz da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e a segunda premissa, de um princípio da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- D) as duas premissas se referem a instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- E) as duas premissas se referem a objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

76. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal: entre outros, ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada. O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter

- A) requerimento de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- B) manifestação acerca da pretensão relacionada à partilha de bens.
- C) encaminhamento para casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar.
- D) assinatura da ofendida comprovando que concorda com todos os procedimentos indicados, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público.
- E) informação sobre a condição de a ofendida ser pessoa com deficiência e se da violência sofrida resultou deficiência ou agravamento de deficiência preexistente.

77. Analise a situação hipotética a seguir:

Ana, médica em um hospital público, atendeu Lucas, um adolescente de quatorze anos de idade e, após a realização de exames clínicos e entrevista com o paciente, a profissional suspeitou que Lucas havia sido vítima de castigo físico praticado pelos seus responsáveis, motivo pelo qual realizou comunicação ao Conselho Tutelar local. Após a averiguação do Conselho Tutelar, concluiu-se que os pais de Lucas haviam machucado as pernas do adolescente com um objeto de madeira, após terem descoberto que o garoto mentiu dizendo que tinha ido à escola, quando, na verdade, faltou para jogar videogame com os amigos. Diante da situação constatada, o Conselho Tutelar realizou encaminhamento dos pais para tratamento psicológico e lhes aplicou uma advertência. A partir da leitura da situação acima, avalie as afirmativas abaixo, à luz das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

()	A ação de Ana foi correta, porém não seria sua obrigação realizar a comunicação ao Conselho Tutelar, tendo em vista que não havia ainda a confirmação de maus-tratos contra o adolescente.
()	Se Ana não realizasse a comunicação ao Conselho Tutelar do caso identificado, estaria cometendo uma infração administrativa, cuja pena é multa de um a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
()	Se Ana não realizasse a comunicação ao Conselho Tutelar sobre o caso identificado, estaria cometendo um crime em espécie, cuja pena é detenção de dois a seis meses, ou multa.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F, F e F.
- B) F, V e F.
- C) V, F e F.
- D) V, V e V.
- E) V, V e F.

78. De acordo com as disposições da Lei 14.176/21, no que se refere ao acesso ao benefício de prestação continuada, o grau da deficiência e a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária são considerados

- A) elementos que comprovam a condição incapacitante para a vida independente e para o trabalho.
- B) aspectos que podem ensejar a ampliação do critério de renda requerido para acesso ao benefício.
- C) fatores para avaliação das condições que deram origem à concessão do benefício.
- D) informações sociais relevantes para o processo de averiguação e combate a irregularidades na concessão do benefício.
- E) requisitos obrigatórios para fins de manutenção de benefício de prestação continuada concedido anteriormente a outra pessoa do mesmo grupo familiar.

79. A violência contra crianças e adolescentes é uma preocupante realidade em nosso país. Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, no ano de 2018 as principais denúncias de violações de direitos humanos recebidas foram de situações envolvendo crianças e adolescentes, representando média de 209 denúncias por dia e 55,28% do total das denúncias realizadas aos canais. Na perspectiva de modificar essa realidade e efetivar a proteção integral de crianças e adolescentes, em abril de 2017 foi promulgada a Lei 13.431, que entrou em vigor no ano seguinte. Sobre a referida lei, analise as afirmativas a seguir:

- I. Normatiza o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.
- II. Cria mecanismos para prevenir e coibir a violência e estabeleceu medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.
- III. Define os princípios para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com foco na eliminação de procedimentos revitimizantes.
- IV. Estabelece que a escuta especializada deve ser realizada pelos órgãos investigativos de segurança pública e pelo Sistema de Justiça.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) III, apenas.

80. Com base na Política Nacional sobre DST/Aids, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A) As ações de promoção e prevenção em DST/Aids têm como referencial teórico a noção do processo saúde e doença como resultado de determinantes sociais, culturais, econômicos, comportamentais, epidemiológicos, demográficos e biológicos.
- B) A presença da sífilis congênita é vista como evento marcador da qualidade de qualquer sistema de saúde. Isso se deve ao fato de ser uma doença previsível e de tratamento simples e barato.
- C) Para o alcance das ações de promoção e prevenção às DST/Aids, dois grandes modelos de intervenção foram concebidos, a saber: modelos de mudança de comportamento centrados no indivíduo e modelos de intervenção comportamental centrado no grupo ou no coletivo.
- D) A assistência aos casos de DST poderá ser feita em todos os níveis do sistema de saúde, com a utilização dos fluxogramas já desenvolvidos e testados.
- E) A classificação das drogas em lícitas e ilícitas deve ser utilizada como critério de restrição para a definição de prioridades com vistas ao desenvolvimento de ações de prevenção e tratamento do uso indevido.

81. A Lei 11.698/2008 alterou alguns artigos do Código Civil de 10 de janeiro de 2002 para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Em 2014, com a aprovação da Lei 13.058, algumas correções foram realizadas, principalmente no tocante à obrigatoriedade do magistrado em observar e aplicar a guarda compartilhada, com prioridade, mesmo que não haja consenso entre os genitores, desde que ambos estejam aptos a exercer o poder familiar e que nenhum deles declare que não deseja a guarda do filho. Ainda de acordo com a nova lei, analise as afirmativas a seguir:

- I. Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, deverá basear-se na oitiva dos filhos, visando à divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe.
- II. Qualquer estabelecimento público ou privado é obrigado a prestar informações a qualquer dos genitores sobre os filhos destes, sob pena de multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia pelo não atendimento da solicitação.
- III. A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos.
- IV. A alteração não autorizada ou o descumprimento imotivado de cláusula de guarda unilateral ou compartilhada implicará perda da guarda atribuída ao seu detentor.

Assinale

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- E) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

82. Elisabete Borgianni (2013), ao abordar as principais determinações do Serviço Social na área sociojurídica, aponta alguns dos desafios e possibilidades de atuação dos assistentes sociais. A autora afirma que nesses espaços, nos quais vem imperando a lógica da judicialização das expressões da questão social e da criminalização das parcelas mais subalternizadas da população, o que tem que ser defendido como sendo próprio da intervenção do assistente social é o estudo social, que, a partir de aproximações possíveis, deve buscar

- A) oferecer um percurso operativo que facilite a compreensão da lógica do processo de perícia e coloque em discussão as determinações complexas que emanam das polaridades próprias da esfera jurídica, sendo uma das mais marcantes a garantia de direitos em um espaço ou sistema que é também aquele onde se vai responsabilizar civil ou criminalmente alguém.
- B) reproduzir as determinações que constituem a totalidade sobre a qual os assistentes sociais são chamados a emitir um parecer técnico. Para essa reprodução ser o mais fiel possível, os assistentes sociais devem ser capazes de capturar, pela análise, as mediações fundamentais que dão forma à realidade pesquisada e as negatividades que lhe dão o movimento.
- C) o conhecimento da estrutura de relações das famílias para chegar a um outro ponto importante, que é o entendimento de como as famílias se organizam para a satisfação das necessidades de seus membros ou para a provisão de bem-estar, direcionando sua intervenção para trâmites da aplicação da lei, da justiça de menores; envolvida em ações de julgamento, o que a vincula ao exercício do poder.
- D) articular vários outros instrumentos que permitem a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação, para emitir opinião fundamentada sobre a situação estudada, devendo ser o mais fiel possível à realidade, de modo que uma verdade sobre os desvios individuais possa ser diagnosticada, para orientar as ações que provocassem o ajustamento para o reconhecimento de direitos.
- E) apontar, em situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, quem e como a violência sexual ocorreu, com o máximo de detalhes possíveis, na perspectiva de punir o(s) suposto(s) autor(es) da violência, contribuindo para a resolução de questões jurídicas por meio da impositividade, que é a marca do campo sociojurídico.

83. "A armadilha está em o assistente social ir se tornando prisioneiro do possibilismo mais ordinário: se só é possível fazer isso, então vamos fazer, pois caso contrário o preso ficará sem um laudo e não poderá progredir de regime... O assistente social passa a considerar que aquilo é uma 'redução de danos'."

BORGIANNI, Elizabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. In: Serviço Social & Sociedade, Esp. Área Sociojurídica, n. 115, São Paulo: Cortez Editora, 2013.

A partir da leitura do fragmento do texto acima e dos subsídios para reflexão sobre atuação de assistentes sociais no Sociojurídico do CFESS (2014), analise as afirmativas a seguir, acerca da(s) armadilha(s) e/ou dificuldade(s) de se produzir uma avaliação, quando o/a assistente social apenas reproduz a fala do/a usuário/a e o/a qualifica como Estudo Social ou qualquer outra terminologia que possa substituí-lo/a, sem a devida complexidade que o estudo necessariamente requer do/a profissional.

- I. O "possibilismo" referido pela autora mobiliza elementos do fatalismo, pois apresenta discurso que versa sobre a "constatação" de que as condições de trabalho não permitem fazer nada para além do requisitado pela instituição.
- II. O "possibilismo" referido pela autora mobiliza elementos do messianismo, pois apresenta discurso de que "é melhor que o/a assistente social faça do que outro/a fazer", reproduzindo uma visão voluntarista e missionária do serviço social. Isso acaba, muitas vezes, acarretando deturpações nas atribuições, competências e na própria imagem da profissão, frente à instituição e à população usuária.
- III. Para se construir um exercício profissional comprometido com os princípios que norteiam o projeto ético-político do serviço social, é necessário, para além de dar outro lugar ao estudo social, romper com a postura fatalista de assumir práticas disciplinadoras de comportamentos e criminalizadoras dos sujeitos, assumindo outro posicionamento político-profissional.

Assinale

- A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

84. De acordo com a Resolução CFESS 557/2009, o parecer social pressupõe a devida e necessária competência técnica, teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético. E, como ação privativa, mesmo na atuação em equipes multiprofissionais, no parecer social, cabe ao assistente social:

- I. evidenciar a sua área de conhecimento separadamente, delimitando o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica. Isso quer dizer que outros relatórios/encaminhamentos podem ser assinados pelos diversos componentes da equipe multiprofissional, mas, se necessário constar o parecer social, precisa estar destacado do texto e ser signatário somente profissional de serviço social;
- II. contribuir para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social, abrangendo os direitos humanos em sua integralidade, não só a partir da ótica meramente orgânica, mas a partir de todas as necessidades que estão relacionadas à sua qualidade de vida, vinculando a satisfação das necessidades sociais à competência ou incompetência individual dos sujeitos, para buscar o redimensionamento que a perspectiva crítico-dialética exige da ação profissional no que diz respeito ao seu alcance e direcionalidade;
- III. atuar com ampla autonomia, orientado/a pela teoria social crítica, ratificando a existência da neutralidade, respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8.662/93;
- IV. emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para a qual está habilitado e autorizado a exercer, avaliando aspectos e condutas individuais, emitindo opiniões que definem rumos da vida do sujeito em tela, tendo como foco a individualidade e as relações que estabelecem no campo interpessoal, devendo assinar e identificar seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.

Analise os itens acima e assinale

- A) se somente o item I for verdadeiro.
- B) se somente o item II for verdadeiro.
- C) se somente os itens I e IV forem verdadeiros.
- D) se somente os itens I, II e IV forem verdadeiros.
- E) se somente os itens III e IV forem verdadeiros.

85. De acordo com as disposições da Lei 8.080/90 e suas alterações, é(são) vedado(a)(s), em todas as esferas de gestão do SUS,
- o emprego de metodologias de avaliação econômica que não estejam dispostas em regulamento, ou que não tenham sido amplamente divulgadas, inclusive em relação aos indicadores e parâmetros de custo-efetividade utilizados em combinação com outros critérios.
 - o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.
 - a incorporação, a exclusão e a alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, sem a devida instauração de processo administrativo, a ser concluído em prazo não superior a 90 (noventa) dias, contado da data em que foi protocolado o pedido, admitida a sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias exigirem.
 - o medicamento e o produto em que a indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro na Anvisa, desde que seu uso tenha sido recomendado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), demonstradas as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança, e esteja padronizado em protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde.
 - a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, com registro na Anvisa.
86. Considere as premissas transcritas a seguir: “buscar garantir, por meio do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o desenvolvimento de estratégias de planejamento e avaliação das políticas de educação, assistência social, saúde, trabalho, esportes, habitação, cultura, trânsito e segurança pública nos campos relacionados ao tabaco e seus derivados, álcool e outras drogas, com uso de estudos técnicos e outros conhecimentos produzidos pela comunidade científica”; e “buscar constantemente o aperfeiçoamento, a eficiência, a eficácia, a efetividade e a transparência para os programas, os projetos, as ações e as iniciativas da Política Nacional sobre Drogas, em especial pela mensuração científica e administrativa de seus processos, resultados e impactos na sociedade.”
Com relação às premissas em destaque, acerca da Política Nacional sobre Drogas, é correto inferir que
- a primeira premissa se trata de um pressuposto da política nacional sobre drogas, e a segunda premissa, de um objetivo da política nacional sobre drogas.
 - a primeira premissa se trata de um objetivo da política nacional sobre drogas, e a segunda premissa, de um pressuposto da política nacional sobre drogas.
 - a primeira premissa refere-se a uma diretriz da política nacional sobre drogas, e a segunda premissa, de uma orientação geral da política nacional sobre drogas.
 - as duas premissas se referem a pressupostos da política nacional sobre drogas.
 - as duas premissas são pressupostos da política nacional sobre drogas.
87. Com base na Lei 13.840/19, que altera leis anteriores para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas, assinale a afirmativa **incorreta**.
- O Plano Individual de Atendimento – PIA deverá contemplar a participação dos familiares ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo, sendo esses, no caso de crianças e adolescentes, passíveis de responsabilização civil, administrativa e criminal, nos termos do ECA. O PIA será inicialmente elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do primeiro projeto terapêutico que atender o usuário ou dependente de drogas e será atualizado ao longo das diversas fases do atendimento.
 - Não são elegíveis para o acolhimento comunidade terapêutica acolhedora as pessoas com comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave que mereçam atenção médico-hospitalar contínua ou de emergência, caso em que deverão ser encaminhadas à rede de saúde.
 - Os gestores e entidades que recebam recursos públicos para execução das políticas sobre drogas deverão garantir o acesso às suas instalações, à documentação e a todos os elementos necessários à efetiva fiscalização pelos órgãos competentes.
 - O tratamento do usuário ou dependente de drogas deverá ser ordenado em uma rede de atenção à saúde, com prioridade para as modalidades de tratamento ambulatorial, incluindo prioritariamente formas de internação em unidades de saúde e hospitais gerais nos termos de normas dispostas pela União e articuladas com os serviços de assistência social e em etapas que permitam articular a atenção com ações preventivas que atinjam toda a população.
 - Os programas de formação profissional rural do Senar poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senar e os gestores responsáveis pela prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.
88. De acordo com o Art. 52, VII, da Lei 12.010 /2009, acerca da adoção internacional, verificada, após estudo realizado pela Autoridade Central Estadual, a compatibilidade da legislação estrangeira com a nacional, além do preenchimento por parte dos postulantes à medida dos requisitos objetivos e subjetivos necessários ao seu deferimento, tanto à luz do que dispõe a lei como da legislação do país de acolhida, será expedido
- alvará de autorização para adoção internacional, que terá validade por, no máximo, 1 (um) ano.
 - laudo de habilitação à adoção internacional, que terá validade por, no máximo, 2 (dois) anos.
 - laudo de habilitação à adoção internacional, que terá validade por, no máximo, 1 (um) ano.
 - alvará de autorização para adoção internacional, que terá validade por, no máximo, 2 (dois) anos.
 - parecer elaborado por equipe interprofissional, que deverá ser reavaliado a cada 6 (seis) meses.

89. Considere a situação hipotética a seguir: Andressa convive em união estável há cinco anos com Reginaldo, pai de seus três filhos. Após uma discussão do casal por questões financeiras, Andressa foi agredida fisicamente por Reginaldo na presença de seus filhos. Na cidade em que Andressa reside ainda não foi estruturado o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; mesmo assim, a usuária denunciou a agressão, que vai a julgamento. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo à luz da Lei Maria da Penha e assinale a alternativa correta.

- A) As varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- B) A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher deverá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.
- C) A delegacia de atendimento à mulher acumulará as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- D) Centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar assumirão as competências dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- E) Os Núcleos Investigativos de Femicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher deverão auxiliar no deslocamento da mulher que sofreu agressão para a instância de atendimento mais próxima.

90. A pesquisa qualitativa privilegia algumas técnicas que coadjuvam a descoberta de fenômenos latentes, tais como a observação participante, história ou relatos de vida, análise de conteúdo, entrevista não diretiva etc., que reúnem um *corpus* qualitativo de informações que, segundo Habermas, se baseia na racionalidade comunicacional. Observando a vida cotidiana em seu contexto ecológico, ouvindo narrativas, lembranças e biografias, e analisando documentos, obtém-se um volume qualitativo de dados originais e relevantes, não filtrados por conceitos operacionais, nem por índices quantitativos. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa pressupõe que

- A) os fenômenos visam construir um modelo aplicável à análise do sistema sociocultural, a partir de semelhanças e diferenças.
- B) a utilização dessas técnicas não deve construir um modelo único, exclusivo, estandardizado.
- C) os elementos estáveis que compõem a estrutura social se coadunam com o equilíbrio da essência do fenômeno.
- D) a representação geral do fenômeno deve ser descrita com precisão, em uma concepção inteligível da realidade.
- E) as informações colhidas devem constituir-se em indicadores variáveis com objetivos definidos.

91. Num processo de entrevista social, é necessário apurar a escuta, desenvolver o interesse em saber o que o outro realmente está dizendo e seus interesses, desenvolver uma atenção articulada com o processo de observação sensível. O contato com o outro nos obriga a nos revelarmos profissionalmente. Não há como dissimular interesse, compromisso, conhecimento e técnicas. O diálogo, quando acontece, aproxima ou afasta, gerando possibilidades de vínculo e, se o profissional estiver envolvido, integrado a uma política de ação social, essa prática, mesmo que em curto contato, afeta e produz resultados. Torna a ação efetiva. As pessoas se revelam e se posicionam para o profissional, usufruem dos seus saberes, interagem, expressam-se com confiança. Decorrendo dessa premissa, analise as afirmativas a seguir:

- I. Convém que o profissional seja especulativo, deixando a conversa fluir naturalmente, com condução técnica por parte do profissional, cabendo a ele nortear pontos importantes, para que o objetivo seja alcançado e se mantenha o foco no que será tratado.
- II. O ambiente em que irá ocorrer a entrevista social precisa ser conhecido pelo profissional, para uma preparação, no sentido da preservação do sigilo, de ser agradável e de reunir elementos importantes para o registro das informações obtidas.
- III. O diálogo interpessoal e a relação interindividual dos interlocutores na entrevista podem provocar situações e reações emotivas, vieses e erros decorrentes da personalidade do pesquisador ou de seu papel no curso da entrevista.
- IV. A transcrição das informações pode ser feita por meio de notas manuscritas, respeitando-se o vocabulário, o estilo das respostas e as eventuais contradições da fala, ou por meio de gravador de vídeo, se não houver reticências do entrevistado.

É correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

92. De acordo com a Nota Técnica sobre as implicações das alterações na Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas para o exercício profissional de assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2019), levando em consideração as atribuições e competências dos/as assistentes sociais, que estão inscritas nos artigos 4º. e 5º. da Lei 8.662/1993, bem como os compromissos éticos e políticos assumidos por essa categoria, nos últimos 40 anos, que estão consubstanciados no Código de Ética de 1993, analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

()	Não cabe aos/as assistentes sociais, enquanto agentes públicos/as ou privados/as, solicitar de forma indiscriminada qualquer tipo de internação de usuários/as de substâncias psicoativas, principalmente levando em consideração os preceitos constitucionais de autodeterminação dos sujeitos sociais, bem como toda a luta cotidiana da categoria pela implementação da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.
()	A condição de sujeito de direitos não pode ser anulada, reduzida ou ignorada em decorrência do uso de psicoativos, salvo se a substância consumida for de caráter ilícito.
()	No trabalho com usuários/as de substâncias psicoativas, assistentes sociais podem contribuir de várias formas. Primeiramente, defendendo o direito à autodeterminação dessa população; segundo, trabalhando no combate a todo tipo de preconceito, bem como conhecendo “a legislação que regula a produção, o comércio e o consumo dos psicoativos, buscando entender os interesses que levam à proibição de algumas substâncias e os impactos do proibicionismo sobre a questão social.
()	A estratégia de redução de danos deve excluir a abstinência como uma etapa possível, ou mesmo necessária, do processo de tratamento de pessoas que consomem substâncias psicoativas de forma abusiva ou delas criam dependência.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F, F, F e V.
- B) V, F, V e F.
- C) F, F, V e F.
- D) V, F, F e V.
- E) V, V, V e V.

93. O Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, tem sofrido as inflexões das transformações societárias contemporâneas, sobretudo após a crise do capitalismo da década de 1970 e o avanço do ideário neoliberal, que implicam sobre as formas de organização do trabalho no serviço público brasileiro. Desse modo, as repercussões no mundo do trabalho apontam novas exigências ao assistente social, contribuindo para que a saúde do trabalhador se torne um espaço sócio-ocupacional importante para esse profissional, dado o recrudescimento do adoecimento laboral na contemporaneidade. Decorrendo de tal premissa, a inserção de um assistente social no âmbito de Saúde do Trabalhador, entre outros objetivos, visa facilitar o encaminhamento de medidas relacionadas à promoção de saúde do trabalhador e questões do adoecimento no trabalho, causadoras de alto índice de absenteísmo. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. A saúde do trabalhador é definida na Lei 8.080/90 como um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância socioassistencial, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
- II. Analisar as determinações das demandas postas ao Serviço Social pode contribuir para a apreensão de mediações importantes presentes no cotidiano de trabalho profissional, favorecendo a criação de estratégias de enfrentamento consubstanciadas por programas e projetos implantados nas instituições, que contribuam para a garantia de direitos aos trabalhadores.
- III. O desvelamento das condições de vida dos sujeitos atendidos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórico-crítica, lhe possibilita apreender e desvelar as novas faces e os novos meandros da questão social que o desafiam a cada momento no seu desempenho profissional diário.
- IV. A reestruturação produtiva alterou substancialmente o perfil do trabalho e dos trabalhadores, assim como os determinantes da saúde-doença dos trabalhadores. Essas alterações modificaram também o perfil da morbimortalidade relacionada ao trabalho, assim como a organização e as práticas de saúde e trabalho.

Assinale

- A) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- B) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- C) se somente a afirmativa II for verdadeira.
- D) se somente as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
- E) se somente as afirmativas II, III e IV forem verdadeiras.

94. Os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são “fenômenos” que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência. Algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de campo ou nas etapas em que esses dados podem mostrar uma relação mais extensa entre fenômenos particulares.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 11. Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

Com base no texto apresentado, avalie as afirmativas a seguir no que tange à coleta de dados qualitativos e assinale a alternativa correta.

- A) Os dados são colhidos, iterativamente, num processo de idas e vindas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos.
- B) No desenvolvimento da pesquisa, os dados colhidos em diversas etapas são constantemente analisados e mensurados estatisticamente, pela orientação estrutural funcionalista.
- C) Os dados qualitativos deverão ser validados segundo os critérios de exequibilidade, viabilidade e credibilidade.
- D) Os dados qualitativos descrevem as formas de participação do pesquisador, tais como intensidade, frequência e circunstâncias de participação.
- E) A coleta de dados é um processo acumulativo e linear cuja frequência, controlada e mensurada, autoriza o pesquisador exterior à realidade estudada e dela distanciado, a estabelecer e prever fatos.

95. As famílias atendidas pelo Serviço Social das Varas de Família são aquelas que enfrentam maiores dificuldades em solucionar questões relacionadas à criação dos filhos, após processos de separação ou ruptura. Outras famílias, entretanto, conseguem solucionar tais dificuldades, mas, em geral, não precisam da intervenção das equipes técnicas da Justiça de Família. Nesse contexto, estudos apontam a necessidade de o assistente social compreender a inter-relação do espaço público com o privado, o que implica

- A) compreender que os espaços públicos e privados estão desvinculados um do outro.
- B) compreender que os espaços públicos e privados configuram no social; por isso, estão diluídos um no outro.
- C) adotar o conceito de que tudo o que é privado refere-se à intimidade do casal.
- D) valorizar a capacidade de as famílias encontrarem formas mais construtivas de se relacionarem.
- E) supervalorizar a função pública de intervir, em determinadas situações, na vida privada.

96. A Lei 12.010 /2009 dispõe não apenas sobre a adoção, mas também busca aperfeiçoar a sistemática prevista no ECA (Lei 8.069/90) para garantia do direito à convivência familiar, em suas mais variadas formas, a todas as crianças e adolescentes. De acordo com a referida lei, assinale a alternativa correta.

- A) Recebido o relatório, o Ministério Público terá o prazo de 30 (trinta) dias para o ingresso com a ação de destituição do poder familiar, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando.
- B) O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência da criança ou adolescente e, como parte do processo de reintegração do poder familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.
- C) Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.
- D) O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- E) O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, obrigatoriamente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão parecer técnico multiprofissional acerca da conveniência do deferimento da medida.

97. De acordo com Baptista (2002), a planificação, no processo de planejamento, é realizada no momento em que, após a tomada de um conjunto de decisões, definidas em face de uma realidade determinada, inicia-se o trabalho de

- A) sistematização das atividades e dos procedimentos necessários para o alcance dos resultados previstos.
- B) racionalização das ações, ponderando os seguintes condicionantes: prazos e recursos existentes.
- C) análise situacional da realidade de intervenção, para responder a questões como o que foi, o que é, e o que tende a ser.
- D) detalhamento das propostas em função dos cenários previstos e dos possíveis resultados do plano.
- E) definição das estratégias, das responsabilidades de cada envolvido na implementação do plano.

98. O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada e sua execução necessita que:

1. o pesquisador saiba claramente as informações que busca, o objetivo da pesquisa e de cada uma das questões, o que e como pretende medir ou confirmar as hipóteses. É uma tarefa que exige critério e planejamento para exaurir todos os aspectos dos dados que se quer obter, sem negligenciar os aspectos essenciais da pesquisa;
2. o informante compreenda claramente as questões que lhe são propostas, sem dúvidas de conteúdo com termos compatíveis com seu nível de informações, com sua condição e com suas reações pessoais;
3. o questionário contenha estrutura lógica, seja progressivo (partindo do simples para o complexo), seja preciso (uma questão por vez) e coerentemente articulado e que questões e subquestões componham um todo lógico e ordenado (unidade das partes).
4. o ambiente seja presumível, para identificar problemas de linguagem, de estrutura lógica, ou das demais circunstâncias que podem obstruir a construção de estratégias para saber o que o informante não deseja que o pesquisador saiba.

Assinale

- A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- B) se somente a afirmativa III for verdadeira.
- C) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- D) se somente as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
- E) se somente as afirmativas I, III e IV forem verdadeiras.

99. Estudos apontam o fenômeno do racismo localizado dentro de um espaço histórico e social que se configura a partir do surgimento da categoria raça na modernidade, tornando-se uma ideologia necessária para justificar o processo de escravidão dos povos africanos, a colonização e a expansão do capitalismo, bem como a ideia de pureza racial que levou ao extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, resultando, portanto, na hierarquização dos povos europeus em relação às outras populações. Dessa forma, o racismo é mais especificamente entendido como

- A) uma doutrina social.
- B) uma construção ideológica.
- C) um instrumento de controle político.
- D) um fenômeno de estereotipia negativa.
- E) uma sistematização de ideias e valores.

100. Singly (2007), em *Sociologia da família contemporânea*, aponta que a família contemporânea é relacional, privada e pública, é individualista e precisa de horizonte intergeracional – eixos norteadores pelos quais explicita suas ideias. A característica referente ao duplo movimento da família contemporânea de ser privada e, ao mesmo tempo, pública, é destacada pelo autor, que apreende a família como um espaço no qual os indivíduos acreditam proteger a sua individualidade, ao tempo em que sofrem intervenção do Estado mediante o apoio e a regulação sobre as relações dos seus componentes – como exemplo, refere-se à criação de leis que objetivam limitar o direito da punição paternal. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. A família contemporânea se define mais pelas relações internas travadas no cerne familiar e menos como instituição.
- II. O ponto em comum existente entre a família antiga e a família moderna consiste em contribuir para a função da reprodução biológica e social da sociedade, e ambas procuram manter e melhorar a posição da família no espaço social de uma geração a outra.
- III. A família conservadora paternal tem maior domínio do destino individual e familiar, devido a um sistema de valores que aprova a autonomia e a recusa dos indivíduos em seguirem costumes referentes ao desempenho dos papéis sociais de marido e esposa.

Assinale

- A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

RASCUNHO



0069887

RASCUNHO